

Formação social brasileira: interface com as relações raciais

Brazilian social formation: connection with race relations

Carmen Corato*

Resumo – O presente artigo tem por objetivo analisar a formação social brasileira; para tanto, é necessário abarcar a categoria de modo de produção, a partir da tradição marxista. Nosso interesse é destacar a escravidão como uma particularidade na constituição do capitalismo nesse país, o que nos impele a estudar as consequências dessa particularidade, uma vez que a escravidão durou quase 400 anos, produzindo algumas alterações na forma de produção e acumulação da riqueza. Na medida em que os traços capitalistas deram os seus primeiros sinais, as elites trataram de garantir no pós-abolição um total abandono da população negra, a qual produziu toda riqueza até então.

Palavras-chave: modo de produção; formação social; relações étnico-raciais no Brasil.

Abstract – This article aims to analyze the Brazilian social formation, and for that, it is necessary to cover the mode of production category, based on Marxist thought, considering that the transition from feudalism to capitalism is a major topic for this school of thought. Our interest is to highlight slavery as a characteristic of the constitution of capitalism in Brazil, which impels us to study the consequences of this particularity, since slavery lasted for almost four hundred years, producing changes in the forms of production and accumulation of wealth. As the capitalist traits started giving their first signs, the elites guaranteed a complete abandonment of the black population in post-abolition, which had produced all wealth until then.

Keywords: mode of production; social formation; ethnic-racial relations in Brazil.

*Assistente social, doutoranda em Serviço Social pelo PPGSS/UFRJ; professora substituta alocada no Departamento de Política Social e Serviço Social na ESS/ UFRJ; pesquisadora em relações étnico-raciais e Serviço Social; componente do Coletivo de Mulheres Negras e Afroindígenas Zacimba Gaba. E-mail: carmencorato@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5895-1552>.

Introdução

Pesquisar a formação social e racial brasileira remontando aos principais elementos do período escravagista de nossa história, ocorrido entre 1500 e 1888, nos permite evidenciar as consequências desse passado que excluiu a população negra na participação da riqueza socialmente produzida, fazendo com que essa parcela componha o maior número de pobres no Brasil. Abarcar esta temática implica expor os elementos centrais, a começar pela conjuntura política e econômica em que se encontrava Portugal quando os portugueses chegaram ao Brasil em fins do século XV. Em seguida delineamos, ainda que em linhas gerais, o que resultou do encontro entre os povos que aqui habitavam e os colonizadores portugueses. Por fim, traçamos nossa perspectiva sobre a formação social brasileira nos períodos subsequentes, tendo como base as elaborações de Jacob Gorender (2016) e Clóvis Moura (1988a, 1988b; 1994; 2014). Vale notar que este esforço teórico-metodológico em desvendar o passado escravocrata do Brasil surge através do movimento intelectual de pensadores e pensadoras negros/as que em grande medida se identificavam entre si, de modo que se identificam também com a tradição marxista.

O entendimento sobre conceitos de modo de produção e formação social neste artigo está envolto nas elaborações teórico-metodológicas do pensamento crítico, ou, se preferir, do marxismo. Faz-se imprescindível sinalizar que são dois temas extremamente polêmicos e não consensuais nessa vertente teórica, e como tal, aqui também nos inserimos nessa seara no intuito de ampliar ainda mais as reflexões e elaborações.

A escolha em trazer tal reflexão se dá porque a sociedade burguesa na qual vivemos é uma construção social com quase três séculos, o que implica dizer que a história da humanidade nem sempre esteve determinada pela lei do valor. Trazer à luz esta reflexão cumpre o objetivo de desnaturalizar as relações sociais e, desse modo, não perpetuá-las, como se toda a história humana fosse encerrada no capitalismo e que outra forma social não pudesse ser edificada.

Abordar a formação social brasileira nos permite identificar a nossa particularidade no modo de produção capitalista, uma vez que a escravidão atravessou a história desse país, ocasionando uma enorme desigualdade social no Pós-Abolição. Analisar tal consequência implica perceber porque a população negra hoje compõe o universo da classe trabalhadora mais pauperizada.

Modo de produção e formação social

A sociedade é a forma em que os seres humanos se organizam para assegurar sua reprodução material da vida, cuja origem se deu através

do trabalho. Este último é apreendido como a interação de homens e mulheres com a natureza, criando meios para a satisfação de suas necessidades. Ao realizá-las, produz novas necessidades, isto é, é uma atividade que desde o início destina-se a um fim a ser alcançado e já desenhado idealmente no cérebro humano.

No que se refere à interação entre os seres humanos e a natureza que determina a sociedade, o que varia são as formas desta relação entre um e outro, ou seja, os modos de produção e reprodução material da vida, as condições de existência, a maneira pela qual a humanidade satisfaz suas necessidades etc. Portanto, os seres humanos, membros componentes da natureza, através do trabalho se diferenciam do ser natural e se constituem como ser social. É nesse trânsito que o marxismo apreende a história, como a história do desenvolvimento do ser social.

O desenvolvimento do ser social, sobre os moldes que estamos desenhando, está associado ao afastamento das barreiras naturais, que, muito embora insuprimíveis, deixam sua influência na vida humana decrescerem. A título ilustrativo, podemos mencionar a construção de moradias, que, dentre outras funções, nos protegem das chuvas, do frio etc.; veja, as chuvas, assim como o frio, continuam a existir, no entanto, agora nos protegemos quando ocorrem, isto é, são barreiras naturais que recuaram na vida social.

O curso da história dos modos de produção, portanto, está imbricado na maneira com que os seres humanos se organizavam e se organizam, numa correspondente relação entre o estágio do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção estabelecidas. Destarte, o modo de produção capitalista é um entre muitos outros que a humanidade experienciou, visto que é uma forma societária muito recente, ancorada na socialização da produção e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida, cujo objetivo central é a valorização do valor. De acordo com a teoria social marxiana, o capital se constitui como uma relação social que submete todas as dimensões da vida à lei do valor, e sua máxima expressão encontra-se na era monopólica.

Desta maneira, podemos afirmar que o capitalismo é o modo de produção hegemônico em todas as sociedades, tendo por grandes marcos históricos as Revoluções Inglesa, em 1688, e a Francesa, em 1789, em que a burguesia se tornou a classe econômica e politicamente dominante. Vale advertir o/a leitor/a que ser dominante não é o mesmo que afirmar que esta suprimiu todas as formas anteriores, mas sim que as submeteu aos seus interesses, e que é perfeitamente possível a combinação de formas arcaicas e modernas de produção numa mesma sociedade¹.

Necessário apontar que, a depender da relação que se estabelece com os meios de produção que produzirão as classes sociais ou não, se

1 No Brasil, por exemplo, temos várias denúncias de trabalhadores que estão em situação análogas ao trabalho escravizado em pleno século XXI.

estes meios são de uso coletivo, toda a produção será para a satisfação das necessidades dos membros que compõem tal sociedade; o oposto ocorre quando são tornados propriedade privada, implicando que a produção seja social e a apropriação, privada, gerando um conflito antagônico e inconciliável entre aqueles que produzem (o proletariado) e aqueles que se apropriam da produção (a burguesia). As bases do capitalismo puderam surgir quando houve a separação entre meios de produção e classe trabalhadora, e estes últimos foram transformados proprietários única e exclusivamente da sua própria força de trabalho, isto é, desprovidos de todo meio de produção, para que fosse viável a produção de mais-valia para a acumulação de capitais.

Assim sendo, aos burgueses interessa a manutenção dessa ordem, enquanto que, para as/os trabalhadoras/es, suas inclinações tencionam revolucionar essa forma societária, objetivando a emancipação humana. São as diversas manifestações desses tensionamentos entre as classes sociais fundamentais (burgueses e proletários, mas não somente) que o marxismo denomina de lutas de classes. Eis que surge o papel do Estado e, de acordo com a vertente marxista, este é um ente fundamental para a manutenção da ordem do capital, uma vez que se declara como gestor e regulador dos interesses gerais, quando em essência é o defensor apenas dos interesses da burguesia (MARX; ENGELS, 2008).

Esta defesa não é de fácil execução, dado que de tempos em tempos as classes dominadas se levantam em questionamentos da forma societária capitalista, exigindo do Estado que atenda às demandas das/os trabalhadoras/es, o que implica ampliar as suas funções, passando a desenvolver ações coesivas. Em outras palavras, em determinados momentos da luta de classes, a classe trabalhadora reúne forças suficientes para impor ao Estado suas demandas, e é nesse momento de “fraqueza” da burguesia que ela se vê obrigada a ceder, por meio do Estado, a algumas demandas da classe trabalhadora.

A combinação entre as relações de produção e as forças produtivas é que se conceitua modo de produção, entendido como uma totalidade social que articula as dimensões econômica, política, social e ideológica, sem hipertrofiar nenhuma delas (HINDESS; HIRST, 1978). Dito de outra maneira, o grau de desenvolvimento das forças produtivas corresponde a determinado estágio das relações sociais de produção, o que não é estático, uma vez que as primeiras tendem em geral ao desenvolvimento cumulativo constante, enquanto que as segundas se alteram com maior lentidão. A correspondência ocorre quando as relações sociais de produção contribuem com o desenvolvimento das forças produtivas; por outra parte, quando isso não acontece, as relações sociais que dantes correspondiam passam a ser um entrave, gerando uma contradição entre uma e outra, em que o limite é a possibilidade da alteração estrutural do modo de produção.

Debater a temática do modo de produção e da formação social, de acordo com a tradição marxista, implica necessariamente remeter à histórica questão do tema da transição, que no presente artigo trata-se da passagem do modo de produção feudal para o capitalismo (MARTINS, 2016).

As formulações na busca pela compreensão das formações sociais devem ser entendidas como um exercício teórico de marxistas em identificar as particularidades que cada país ocupa no capitalismo. Isto é, há um nexo entre a totalidade desse modo de produção e a forma como a sociabilidade burguesa, ao se consolidar, imprimiu marcas particulares que não podem ser desconsideradas, já que são determinantes decisivos e cruciais nos desfechos que caminham (e caminharão) em todos os países (HINDESS; HIRST, 1978).

Investigar uma formação social envolve considerar muitos determinantes, não sendo possível elencar todas as particularidades no presente estudo. Por isso, ao nosso ver, torna-se necessário enumerar as que possuem prioridades analíticas. Assim, analisaremos as características gerais do capitalismo, as particularidades essenciais da formação social brasileira, a divisão social e internacional do trabalho, as classes sociais fundamentais e o papel do Estado durante o escravismo no Brasil.

Desse modo, nos fica evidente que o empreendimento em interpretar a formação social implica considerar referências espaciais e políticas de cada Estado-Nação estabelecido pela própria dinâmica do capitalismo, visto que esta categoria só possui sentido e significado na medida em que o capitalismo mundializou-se e, não por acaso, que a formação social se desenvolveu como categoria no modo de produção capitalista. Não obstante, a transnacionalização do capital não invalidou as fronteiras nem os Estados nacionais, ao contrário, a burguesia continua tendo como garantidor de seus interesses nas diversas nações, o Estado, que, por outro lado, mantém-se subordinado aos interesses do capital monopolista, condicionando (o país) pela divisão internacional do trabalho.

Partindo de todas essas ponderações e nelas nos fundamentando, a seguir abordaremos o debate polêmico a respeito da formação social brasileira e as relações étnico-raciais, bem como os desafios que estão postos para a construção das lutas antirracistas para a superação da ordem do capital.

Formação e pensamento social brasileiro: um necessário diálogo com as relações raciais

As principais teses de autoras/es brasileiras/os, inseridas/os na tradição marxista, no tocante às particularidades da formação social brasileira, giram em volta de três núcleos centrais: 1. a tese da existência do capitalismo desde a chegada dos europeus: aqui o expoente principal é Caio Prado Júnior (1987); 2. a tese do feudalismo, tendo como principais referências Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré; e 3. a tese da presença

do pré-capitalismo e da revolução burguesa, em que, por um lado, estão Florestan Fernandes (1980; 2006), Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, e, por outro, autores que defenderam a existência de um modo de produção escravista colonial. São eles: Jacob Gorender, Ciro Flamarion Cardoso e Décio Saes (HIRANO, 2008).

Vimos que a passagem de um modo de produção para outro somente é possível quando as relações sociais de produção e as forças produtivas entram em processo de contradição, tendo por motor as lutas de classes. As primeiras se tornam um entrave ao desenvolvimento das segundas e, nesta relação, abre-se a possibilidade de uma revolução social. Portanto, é a partir dessa acepção marxista que se dá o curso da transição do feudalismo para o capitalismo. Obviamente que não foi um processo rápido, linear e sem conflitos, ao contrário, ocorreu durante um longo tempo, cheio de enfrentamentos e resistências dos estamentos feudais que não queriam perder os privilégios. De outro lado, estava a burguesia, ansiosa por romper as amarras políticas e econômicas feudais na luta para se tornar a classe política e economicamente dominante. Para termos uma ideia, o encadeamento entre a desagregação do feudalismo para o capitalismo iniciou-se por volta do século XIII e chegou no seu pleno amadurecimento no século XVIII.

Notamos, dessa maneira, que a chegada dos portugueses ao Brasil, em fins do século XV e início do XVI, ocorrera ainda dentro do período de transição dos modos de produção supracitados. Ou seja, Portugal era um país feudal, considerado como um dos mais avançados da Europa Ocidental, um dos precursores das grandes navegações ultramarinas e do mercantilismo – dividia com a Espanha o referido protagonismo, mas nos ateremos ao primeiro porque foi o responsável pela colonização em nossa história (GORENDER, 2016). Portanto, a concepção aqui exposta é de que os europeus se depararam com as terras então habitadas por povos tradicionais no período do capital mercantil, o que, por conseguinte, acabou por fazer com que a economia mercantilista tivesse se desenvolvido como central naquela nação.

Por outro lado, Gorender (2016) ressalta que o embate produzido entre os lusitanos e os povos tradicionais condicionou a emergência de um modo de produção novo: o escravismo colonial. Isso aconteceu uma vez que não prevaleceu o modo de produção feudal (dos portugueses) e tampouco o comunismo primitivo (dos povos originários). Não sendo possível transpor as relações sociais e as forças produtivas advindas da Europa, bem como havendo a nula viabilidade em aceitar as relações já existentes, acabaram sendo estabelecidas, para atender aos interesses lucrativos de Portugal, novas relações. Essas estavam ancoradas primeiramente na extração de riquezas naturais, e, em seguida, na produção agrícola monocultural para exportação, com o uso de grandes extensões de terras e utilização da força

de trabalho escravizado africana, o assim denominado sistema a plantagem (ou *plantación*).

Feitas essas considerações, em nosso entendimento as colônias contribuíram enormemente para o processo de acumulação primitiva de capitais, num primeiro momento, fazendo girar a economia do capital mercantil mundializado sob a hegemonia portuguesa e espanhola, e, depois, perdendo essa influência para Inglaterra, França e Holanda. Por fim, as bases à constituição do modo de produção capitalista propriamente dito foram plenamente desenvolvidas; são elas: a propriedade privada dos meios de produção fundamentais à produção e reprodução material da vida, a extração de mais-valia e a exploração da força de trabalho livre.

Portanto, nosso mirante analítico é de que o “modo de produção escravista”, nos termos de Moura (2014, p. 35), aqui desenvolvido se insere na fase do capital mercantil, quando houve a desagregação do modo de produção feudal. Nesse momento, o mercado mundial, a manufatura e o crescimento dos espaços urbanos empurraram o desenvolvimento das forças produtivas, ocasionando o surgimento de um novo modo de vida: o padrão burguês de sociabilidade na Europa. Entre nós, causou profundos impactos no escravismo e acabou por apontar os primeiros traços capitalistas na segunda metade do século XIX.

A preocupação em analisar a formação sócio-histórica do Brasil desde o escravismo colonial se dá justamente porque é necessário refletir sobre o que o próprio real aponta a ser pensado: as relações sociais aqui constituídas, o lugar que o país ocupou na divisão internacional do trabalho, a composição e as lutas das classes sociais e as decisões política até o momento de sua decomposição, o que, como consequência à direção do desenvolvimento histórico-social, implicou a constituição do capitalismo.

Além da rigorosa interpretação desse momento histórico, Clóvis Moura (2014) como intelectual e militante marxista, visava à transformação das relações raciais e sociais. Pondera-se que a historiografia oficial brasileira aborda essa fase, em geral, através de passagens tão curtas que muito pouco contribuem para assimilarmos as heranças que nos acompanham desde então. Moura (2014), em seu livro *Dialética radical do Brasil negro*, buscou apreender e expor detalhadamente o período da escravização ocorrida entre os anos de 1500 e 1888. Ele entende não ser possível pular esta etapa, uma vez que são quase 400 anos; além disso, não podemos acreditar que não houve acontecimentos de tamanha relevância, os quais devamos analisar.

A investigação que aqui nos motiva passa por sublinhar os determinantes econômicos da escravidão, já que o objetivo de Portugal sempre foi obter lucro e efetuar troca cultural com outros povos. Assim sendo, o modo de produção escravista deve ser analisado como o meio encontrado por Portugal feudal a fim de produzir mercadorias para exportação, jamais intencionando a geração de riquezas internas. Nesse ponto, avalia-se que há uma conexão nos elementos analisados por Moura (2014) e Williams

(1975) – guardadas as diferenças entre Brasil e Trinidad Tobago –, em que buscam na base material da organização social o motivo que levou a essa nefasta experiência.

O processo de trabalho foi, acima de tudo, uma relação econômica, em que a pessoa escravizada não tinha por garantia nenhum contrato. O seu corpo foi transformado em propriedade privada, e, como tal, poderia ser comprado e vendido como qualquer outra mercadoria. As relações formais jurídicas não protegiam essa população dos maus-tratos que lhe eram dirigidos constantemente; ao contrário, na medida em que não proibiam, permitiam-se práticas legalizadas e exibidas em locais abertos, como foi o caso da exposição da cabeça do Zumbi dos Palmares, quando capturado, degolado e exposto em praça pública em 1695, numa medida disciplinar para outras/os escravizadas/os (MOURA, 1988b).

O tráfico negreiro internacional teve como fundamento a selvageria protagonizada pelos europeus, tendo como mecanismo principal o sequestro de africanas e africanos, cujo objetivo era vendê-las/os para os europeus no outro lado do Atlântico. Embora saibamos que não existe um número oficial exato, o quantitativo girou em torno de dez milhões de pessoas que se tornaram escravizadas no Brasil. Se atentos, podemos observar que se tratou de um grande comércio mundial que gerou muitas fortunas e, não por acaso, perdurou entre os séculos XV e XIX.

Um dos pontos que não aparece a respeito de nosso passado recente é que a superação da ordem escravista se deu centralmente a partir das contradições entre as classes fundamentais, ou, se preferirmos, entre escravizadas/os e senhores. A luta pela liberdade dos despossuídos gerava medo nas elites, motivo pelo qual a violência se estabeleceu como forma de controle social. O tensionamento entre os desejosos pela liberdade *versus* aqueles que se beneficiavam com os lucros gerados pela escravidão, somados às pressões externas, em especial da Inglaterra, levaram à derrocada o modo de produção escravista.

No entanto, a dinâmica do sistema escravista e a sua superação estrutural estão nos conflitos entre as classes que eram substantivas nesse modo de produção. Que algum tipo de relacionamento alternativo entre escravos e senhores existiu ninguém põe em dúvida, mas, se ele fosse típico e determinante da dinâmica entre essas classes jamais o escravismo entraria em crise e seria substituído por outro modo de produção, pelo menos no prazo em que foi realizado. (MOURA, 2014, p. 38).

No decorrer de todo o escravismo no Brasil, foram intensos e numerosos os confrontos entre os/as escravizados/as e senhores e autoridades, cujo conflito central foi o trabalho. Se, por um lado, aos proprietários interessava o trabalho intensivo, por outro, a recusa deste foi a forma que as/os escravizadas/os encontraram para reagir. Aqui, são variados os modos de

resistências, que perpassavam a transgressão individual da/o escravizada/o, o homicídio dos senhores, as guerras nas estradas, os furtos, os roubos, as rebeliões urbanas e as fugas individuais, chegando mesmo à composição dos quilombos (MOURA, 2014).

Nosso autor de referência realizou um imprescindível combate à ideia do escravizado que se acomodou e criou estratégias que lhe permitissem um pacto, um acordo de boa convivência com o senhor, em que o primeiro viveria com estabilidade e o segundo com segurança. Essas propagações são liberais e irreais, pois sabemos que a violência foi a principal mediação entre a casa-grande e a senzala. Basta recordarmos alguns mecanismos utilizados pelos dominadores: o açoite, o tronco, a violência sexual contra as mulheres negras, a tortura, a separação familiar de negras/os etc. Não se trata de negar a existência de outras formas de convívio entre senhores e escravizados/as, porém, não se sustenta a ideia de que o conjunto das relações era harmonioso, inclusive porque o aparelho administrativo colonial sempre agiu violentamente para garantir a segurança dos possuidores em decorrência das insurreições das/os escravizadas/os, ao passo que almejava o equilíbrio social para a manutenção da ordem escravocrata.

A terra era a fonte maior de riqueza, dado que a produção agrícola para a exportação era o objetivo econômico da Coroa, detentora desse bem precioso. A concessão para o uso da terra se dava por meio das sesmarias, à época administrada pelo governador-geral Thomé de Souza. Essas eram outorgadas a partir da análise da linhagem familiar, isto é, aqueles que se beneficiariam deveriam ser homens brancos puros, sem sangue de negra/o, de judia/eu ou de herege. Observemos que o privilégio de ser branco europeu foi mecanismo de manutenção do *status quo* das elites, enquanto que ser negra/o era a condição de receber toda “sorte” de consequências desumanas do escravismo.

Uma vez elencados os traços comuns do modo de produção escravista, nos ocuparemos em apresentar esse estágio em dois momentos que se articulam: 1) o escravismo pleno (1550-1850); e 2) o escravismo tardio (1851-1888). A divisão operada pelo autor em que ora nos referenciamos se deu especialmente pelo conjunto de mudanças que transcorreram no Brasil em meados do século XIX – mais adiante as apresentaremos.

O escravismo pleno compreende a fase ascendente, cuja predominância se dera no decorrer do Brasil Colônia, muito embora alcance uma parte do regime Imperial. O então governador-geral assinalou como prioridade a centralização do poder administrativo, fiscal e jurídico como medida de fortalecer e regulamentar o exercício em manter a ordem pública, leia-se: garantir os interesses de exportação da Coroa, ao passo que deveria, sobretudo, reprimir os levantes de rebeldia das/os escravizadas/os negras/os e indígenas² que se recusavam ao trabalho forçado.

2 Dado o objetivo e a impossibilidade de tratar sobre essa questão neste artigo, não aprofundaremos sobre esse importante e necessário debate acerca da população indígena.

O modo de produção escravista só existiu porque havia uma demanda de compra do mercado mundial na fase mercantil do capitalismo. Dito de outro modo, a relação mercadológica existente se dava a partir do Brasil vendedor de produtos agrícolas para um mercado consumidor mundial, tendo as relações de produção escravista como fundamento de todas as relações sociais. Assim sendo, o senhor era obrigado a investir na compra constante de escravizados, pois era a forma essencial de manter a produção. Além disso, o tráfico internacional negreiro era o mecanismo indispensável de reposição dessa força de trabalho.

Em meio ao escravismo pleno tivemos dois significativos movimentos em nossa história recente. O primeiro foi a chegada da corte portuguesa, em 1808, no Rio de Janeiro, e o segundo foi a Independência do Brasil, em 1822. No entanto, nem a presença do reinado, nem tampouco o fim da fase colonial alteraram as relações escravistas aqui determinantes, passando a existir o que Clóvis Moura (2014, p. 77 – grifos no original) denominou de “*liberalismo escravista*”. Isso porque, se houve uma abertura comercial com Inglaterra – único país não envolvido nas guerras napoleônicas –, o chamado liberalismo econômico, não tivemos a abolição da escravatura. Em verdade, a imigração imposta às africanas e aos africanos foi intensificada. Moura (2014, p. 82-83), assim, apresenta as características fundamentais do escravismo pleno:

1) Monopólio comercial da Metrópole (até 1808); 2) Produção exclusiva de artigos de exportação para o mercado mundial, salvo a produção de subsistência pouco relevante e que somente era suficiente em face do baixíssimo nível do poder aquisitivo (poder de compra) dos consumidores; 3) Tráfico de escravos da África de caráter internacional e o tráfico triangular como elemento mediador e mecanismo de acumulação na Metrópole; 4) Subordinação total da economia de tipo colonial à Metrópole e impossibilidade de uma acumulação interna de capitais em nível que pudesse determinar a passagem do escravismo para o capitalismo não dependente; 5) Latifúndio escravista como forma fundamental de propriedade; 6) Legislação repressora contra os escravos, violenta e sem apelação; e 7) Os escravos lutavam sozinhos de forma ativa e radical contra o instituto da escravidão.

O ocaso do período do escravismo pleno se deu centralmente pela Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, que proibia o tráfico negreiro, visto que a reposição da força de trabalho escravizada se dava por via da substituição por outros negros tornados escravizados – não esquecendo que o tempo de vida útil desta força de trabalho era de no máximo dez anos, devido às péssimas condições de trabalho. Ao proibir a reposição, esse sistema entra em crise, que, em razão direta, leva à etapa do escravismo tardio.

O escravismo tardio possui como uma das características essenciais o cruzamento acelerado das relações capitalistas erguidas sobre bases

escravistas. Por isso, Moura (2014, p. 83) classifica como um processo de “modernização sem mudança” na estrutura produtiva escravista. Imprescindível sublinhar que é somente quando o modo de produção capitalista se constitui nos países centrais, na segunda metade do século XVIII, tendo como alicerces a propriedade privada dos meios de produção, que este modelo se pode desenvolver aqui entre nós. Além disso, nesse período ocorre a exploração da força de trabalho livre e assalariada e a extração de mais-valia.

Os passos iniciais para o desenvolvimento das relações capitalistas sobre as bases do escravismo se deram pelo protagonismo do domínio econômico da Inglaterra, na fase do imperialismo nos países centrais em fins do século XIX. Soma-se a isso todo o atraso no desenvolvimento das forças produtivas, ocasionado pelo longo tempo de escravização, o qual empurrou o país à condição político-econômica subalternizada (MOURA, 2014).

Este tipo de desenvolvimento econômico não permitiu que entre nós se desenvolvesse uma burguesia nacional capaz de tornar-se a classe dominante pelas vias clássicas revolucionárias nos moldes europeu e estadunidense. A burguesia nacional aqui emergente nos últimos anos do escravismo assumiu um caráter auxiliar, dependente, que atendia ao interesse internacional, sendo, portanto, uma burguesia subalterna.

O processo de industrialização, bem como o comércio de importação e exportação, era controlado pelo capital britânico, e as poucas iniciativas de constituição de capital nacional se deram através do alto endividamento, consolidando sobremaneira a nossa dependência do capital internacional (MARINI, 2005). Ao capital inglês interessava investir em todos os ramos favoráveis, a exemplo da mineração, dos bancos, da navegação, das ferrovias, do serviço postal etc. Isso resultou na destruição quase total do desenvolvimento nacional burguês.

O inicial processo de industrialização fora comandado pelos ingleses. Destacamos especialmente a empresa Saint John d’Él Rey Mining Company, na mina de Morro Velho, no município de Sabará, em Minas Gerais, entre os anos de 1834 e 1886. Essa empresa experimentou um crescimento exponencial, chegando a concentrar 2.500 trabalhadores, dentre eles 1.690 escravizados. Isto é, já se manifestavam formas de trabalho livre, muito embora com a utilização simultânea de trabalho escravo.

A transição do escravismo pleno para o escravismo tardio, em que esse último, de acordo com Moura (2014), já era possível de ser nitidamente visto caminhando para o desenvolvimento capitalista, se deu pela centralização da política econômica nas mãos das classes então dominantes, que eram primordialmente elites agrárias. Por isso, o Brasil não realizou a reforma agrária, tal como ocorrera nos países cêntricos do capitalismo; aqui, as elites se ocuparam de assegurar a concentração de terras, então fonte de suas riquezas e poder, marginalizando a maioria de sua população.

Tem-se como marco a primeira Lei de Terras, em 1850, determinando-a como mercadoria que poderia ser comprada por quem pudesse pagar. Essa estratégia foi fundamental para saírem exitosos e manterem a riqueza concentrada, pois quando houve a Abolição da Escravatura, em 1888, não houve reforma agrária e nenhuma reparação para a população agora liberta foi feita. Acrescente-se a isso a vinda dos imigrantes europeus, que selou o processo de desigualdade social, tendo as relações raciais como fundante para excluir a população negra.

É fundamental para esta última fase do escravismo compreendermos que as bases para o desenvolvimento capitalista já estavam sendo instituídas e institucionalizadas. Todas as medidas, leis e tarifas, especialmente após a Abolição, se intensificaram, garantindo a marginalização total das/os recém-libertas/os, o que nos permite compreender o porquê de a maioria da população pobre no Brasil ser negra.

A Abolição consolidou aquilo a que as elites brasileiras já se antecipavam desde meados do século XIX: excluir a população negra de quaisquer possibilidades de reparação econômica e social pelos quase 400 anos de condição de escravizada. Este ocultamento na historiografia brasileira é constituinte do pensamento sobre a formação social do Brasil, e nossa tese é de que faz parte do racismo, entendido como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas [...] que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2018, p. 25).

Considerações finais

No presente trabalho não tivemos a pretensão de findar as reflexões e as perspectivas de investigações acerca do universo abordado nas páginas precedentes. Apenas buscamos aprofundar a apreensão do conjunto de determinações que impulsionam a realidade social brasileira e que rebatem na população negra de forma muito violenta desde a Escravidão, atualizando-se diariamente e tendo no racismo seu fundamento.

O racismo precisa ser desvelado e desmascarado porque, de outro modo, continuará seguindo triunfante e exterminando as negras e os negros – prática que avança desde o século XVI. O racismo no Brasil nunca foi sutil, ao contrário, sempre foi extremamente violento e despuadorado. Após 1888, a população negra passa a ser considerada livre e possui *status* de cidadania brasileira, no entanto, sem condições objetivas e subjetivas para tanto. Ademais, em nenhum momento da história cogitou-se a possibilidade de realizar um processo de reparação econômica pelos quase 400 anos de escravização, ficando evidente o porquê de a população negra compor as favelas, morros e periferias urbanas e rurais.

Portanto, voltar a estudar/pesquisar a formação racial e social brasileira é uma tarefa urgente e necessária, pois não podemos considerar assertiva toda a produção sobre tal questão, uma vez que se invisibiliza, quando não se exclui, a população negra. Se estamos de acordo com a teoria marxiana, a revolução comunista é de interesse das classes trabalhadoras, o que no Brasil é um segmento majoritariamente negro. Assim, concluímos: ou se considera esta parte da população para tal tarefa histórica, ou continuaremos sempre elaborando teorias que correspondem pouco à realidade brasileira, uma vez que nós, negras e negros, compomos o universo total de 54% da população brasileira. Além disso, se almejamos alterar essa forma social, a mim me parece um grande equívoco desconsiderar esse número significativo da classe trabalhadora no Brasil.

Referências

- ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- FERNANDES, F. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- HINDESS, B.; HIRST, P. P. Q. *Modo de produção e formação social: uma autocrítica de modos de produção pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- HIRANO, S. *Formação do Brasil colonial: pré-capitalismo e capitalismo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. O. (ed.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARTINS, C. *Teorias dos novos movimentos sociais e lutas de classes: uma leitura crítica de sua influência no Brasil*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, UFRJ, 2016, mimeo.
- MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Tradução e introdução de Florestan Fernandes.—2ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988a.
- MOURA, C. *Rebeliões da senzala*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988b.
- MOURA, C. O racismo como arma ideológica. *Revista Princípio*, São Paulo, n. 34, 1994.
- MOURA, C. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2014.
- PRADO JR., C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- WILLIAMS, E. *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro: Americana, 1975.

DOI: 10.12957/rep.2020.52006

Recebido em 28 de junho de 2019.

Aprovado para publicação em 05 de fevereiro de 2020.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.